REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A INTELECTUALIDADE LUSO-BRASILEIRA E OS PROJETOS POLÍTICOS DO IMPÉRIO: UMA ANÁLISE SOBRE O IDEÁRIO ILUSTRADO DA GERAÇÃO OITOCENTISTA NO IMAGINÁRIO DE RESENDE COSTA FILHO.

LOS INTELECTUALES LUSO-BRASILEÑOS Y LOS PROYECTOS POLÍTICOS DEL IMPERIO: UM ANÁLISIS DE LOS IDEALES DE LA ILUSTRACIÓN DE LA GENERACIÓN DEL SIGLO XIX EN LA IMAGINÁCION DE RESENDE COSTA FILHO.

LUSO-BRAZILIAN INTELLECTUALS AND THE POLITICAL PROJECTS OF THE EMPIRE: AN ANALYSIS OF THE ENLIGHTENMENT IDEALS OF THE NINETEENTH-CENTURY GENERATION IN THE THOUGHT OF RESENDE COSTA FILHO

Wederson de Souza Gomes
Universidade Federal de Ouro Preto
wedersonufop@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a transição entre os séculos XVII e XVIII, um período de profundas transformações no império português e seus domínios, apresentando o imaginário e as propostas de segmento de intelectuais para o império. As monarquias europeias passavam por um período de crise, sobretudo com os avanços das guerras napoleônicas. A península ibérica sentiu os efeitos desses conflitos e essas questões reverberaram nos domínios americanos, tanto os espanhóis quanto os portugueses. É nesse contexto que os ilustrados luso-brasileiros pensavam projetos para a manutenção da ordem e do natural enlace do reino de Portugal e suas partes, assim como assistiam ao processo de desagregação das possessões hispano-americanas. Tratava-se de uma geração de políticos e intelectuais formados no bojo do reformismo ilustrado, cujo propósito era o engrandecimento da monarquia e a constituição de um grande império luso-brasileiro. É nessa perspectiva que abordaremos e discutiremos as transformações oitocentistas a partir das letras de Resende Costa Filho, compreendendo que se trata de um imaginário compartilhado por uma geração de intelectuais e políticos do período.

Palavras-chave: reformismo ilustrado; hispano-americanos; luso-brasileiros; intelectuais; Resende Costa Filho.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

RESUMEN

Este artículo analiza la transición entre los siglos XVII y XVIII, un periodo de profundas transformaciones en el imperio portugués y sus dominios, presentando la visión y las propuestas de un sector de intelectuales para el imperio. Las monarquías europeas atravesaban un periodo de crisis, especialmente con el avance de las guerras napoleónicas. La península ibérica sufrió los efectos de estos conflictos, y estas repercusiones se extendieron a los dominios americanos, tanto españoles como portugueses. En este contexto, los pensadores de la Ilustración luso-brasileña concibieron proyectos para el mantenimiento del orden y la unión natural del reino de Portugal y sus territorios, al tiempo que presenciaban el proceso de desintegración de las posesiones hispanoamericanas. Esta fue una generación de políticos e intelectuales formada en el marco del reformismo ilustrado, cuyo objetivo era la exaltación de la monarquía y la constitución de un gran imperio luso-brasileño. Desde esta perspectiva abordaremos y analizaremos las transformaciones del siglo XIX a partir de los escritos de Resende Costa Filho, entendiendo que se trata de un imaginario compartido por una generación de intelectuales y políticos de la época.

Palabras clave: reformismo ilustrado; hispanoamericanos; brasileños de ascendencia portuguesa; intelectuales; Resende Costa Filho.

ABSTRACT

This article analyzes the transition between the seventeenth and eighteenth centuries, a period of profound transformations in the Portuguese Empire and its domains, by examining the views and proposals formulated by a group of intellectuals for the Empire. European monarchies were undergoing a period of crisis, particularly with the advance of the Napoleonic Wars. The Iberian Peninsula suffered the effects of these conflicts, whose repercussions extended to the American domains of both Spain and Portugal. In this context, thinkers of the Luso-Brazilian Enlightenment devised projects aimed at preserving order and maintaining the natural union between the Kingdom of Portugal and its territories, while also witnessing the process of disintegration of the Spanish American possessions. This was a generation of politicians and intellectuals shaped by Enlightened reformism, whose objective was the exaltation of the monarchy and the establishment of a great Luso-Brazilian Empire. From this perspective, we examine and analyze the transformations of the nineteenth century through the writings of Resende Costa Filho, understanding them as expressions of an imaginary shared by a generation of intellectuals and politicians of the period.

Keywords: Enlightened reformism; Spanish Americans; Brazilians of Portuguese descent; intellectuals; Resende Costa Filho.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

O alvorecer oitocentista foi marcado por uma série de acontecimentos e transformações no mundo luso-brasileiro, especialmente no Brasil. O ano de 1808 inaugurou uma nova realidade à parte americana do império que tinha se transformado na nova sede da monarquia portuguesa. Muitas das ações implementadas após o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro já eram aventadas desde o último quartel do século XVIII, contudo, as propostas ganharam força durante a gestão do ministro joanino, d. Rodrigo de Sousa Coutinho. O estadista buscou reunir em sua órbita um seleto grupo de intelectuais, estes definidos por Marco Morel como homens de letras e por Maxwell como a geração de 1790. Esses homens, segundo Morel, eram provenientes de diversas capitanias do Brasil e operavam como agentes de uma nova esfera pública, a República das Letras[1].

Mesmo com diferenças individuais, essa geração de políticos e intelectuais operava para estabelecer novas bases ao império através de um projeto modernizador. Ambicionavam reformar o império pela propagação das luzes, da ciência, por meio do ensino e da liberdade de imprensa. Pertencentes às elites dirigentes, emprestavam seus conhecimentos para o aprimoramento das instituições do mundo luso-brasileiro. Uma parte substancial desses intelectuais havia acessado as ideias da ilustração através do ideário ilustrado cosmopolita e por meio da Universidade de Coimbra no decorrer do século XVIII. Defendiam a urgência em adotar medidas que reforçassem os laços entre a metrópole, esta vista como "Mãe Pátria", e suas colônias, nesse caso enxergadas como "filhas".

Nos primeiros anos do estabelecimento da Corte nos trópicos, havia entre esses homens um incipiente interesse de enraizamento no Brasil. Posteriormente, com as mudanças empreendidas para sediar a Corte e o avanço das relações mercantis na colônia, paulatinamente a visão sobre o Brasil assumiu novas especificidades. É válido salientar que não eram projetos unívocos e equânimes, ao contrário, havia uma pluralidade de interesses que, em algumas circunstâncias, entravam em choque. Entretanto, a presença do príncipe regente no Brasil era um fator que colaborava para harmonizar as dissidências existentes a esses variados grupos, visto que intercediam diretamente junto aos setores burocráticos e o próprio monarca.

A esse grupo se alinhou José de Resende Costa Filho, cuja trajetória contava com a sua participação na malfadada sedição das Minas Gerais, anos de 1788 e 1789, além de uma longa atuação em instituições do império português e suas possessões. Essas informações são confirmadas dada a sua proximidade com a família Sousa Coutinho e Nogueira da Gama, não obstante a sua defesa de um projeto imperial em que as colônias se mantivessem entrelaçadas à "Mãe Pátria". Não se tratava de um enlace subserviente, mas de uma relação em que cada

[1] Marco Morel define como *homens de letras* aqueles que desempenharam funções políticas, culturais e administrativas no Estado e durante os anos de 1813-1814 atuaram como colaboradores na redação do periódico *O Patriota.* Dentre os colaboradores estão Manuel Jacinto Nogueira da Gama e Silvestre Pinheiro Ferreira, homens que José de Resende Costa tinha relativa proximidade e com os quais se identificava.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

parte deveria se complementar e atender às necessidades das outras ante as adversidades. No caso do Brasil, com a expansão napoleônica na península, a colônia americana assumiria a função de alicerce do império para garantir o adequado funcionamento das instituições. Para além dessas questões, o conceito de liberdade ganhava força entre esses homens e era a partir de projetos liberais que o Império luso-brasileiro deveria ser reformado. Diante dos obstáculos que enfrentavam, esses ilustrados se ajustavam às circunstâncias buscando contornar os problemas e fortalecer as bases do império.

Finalmente, é importante trazer algumas considerações acerca do gênero narrativo epistolar que compreende a principal fonte com a qual trabalhamos nesse artigo. As missivas têm ocupado espaço singular na pesquisa histórica. O interesse pelas correspondências não decorre apenas do conteúdo nelas descrito, mas também o caráter que elas assumiram a partir da segunda metade do século XVIII. Segundo Adriana da Conceição, a linguagem epistolar tornou-se objeto de interesse entre os administradores coloniais do setecentos e durante esse período foram empreendidos trabalhos que objetivavam ensinar e sistematizar a escrita das correspondências em si.

As missivas foram um dos recursos encontrado pelos administradores coloniais para que pudessem transmitir informações de relevância ao soberano e, também, uma forma de enunciar os acontecimentos que circundavam o Império português. Para além do seu caráter informativo, o gênero narrativo se tornou bastante singular pela sua capacidade de transmitir as experiências, apreensões e o imaginário daqueles que a escreviam. Nesse sentido, além de buscar compreender o que está sendo enunciado através das correspondências, é preciso tentar resgatar a sensibilidade do autor no ato de escrever em si, ou seja, suas emoções, temores e anseios em um contexto tão diverso. Esses registros permitem investigar as lacunas, entrever os vazios e até mesmo o silêncio que expressam (Conceição, 2005).

Resende Costa Filho possui um rico acervo de correspondências trocadas com alguns dos irmãos de d. Rodrigo de Sousa Coutinho – Mariana de Sousa Coutinho, Maria Balbina de Sousa e o Principal de Sousa, pessoas com as quais construiu uma relação de amizade bastante próxima. Por meio dessas correspondências, Resende foi muito mais profícuo em demonstrar sua visão de mundo, seus posicionamentos políticos, ainda que reiteradamente endossasse os posicionamentos de d. Rodrigo Coutinho, seu “padrinho” politico.

Buscaremos, portanto, no decorrer desse artigo privilegiar as primeiras décadas que antecedem à Independência; momento em que essa geração apostava fortemente em um Império luso-brasileiro. Analisando as correspondências que José de Resende Costa Filho enviava à família Sousa Coutinho, bem como memórias e ensaios de coevos, buscaremos enunciar o imaginário político e os projetos mercantis que essa geração contemplava.

A cultura política oitocentista e os projetos reformistas para o Império luso-brasileiro.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

No dia 28 de março de 1810 José de Resende Costa Filho chegava ao Brasil. Haviam se passado quase duas décadas desde que deixara a colônia americana para cumprir o degredo na África, condenação decorrente de seu envolvimento na Conjuração Mineira. Seu distanciamento do Brasil havia se prolongado, pois, ao término do exílio, solicitara uma licença para residir em Lisboa – local para o qual se mudou no ano de 1803 e residiu até o ano de 1809. Seu retorno não tinha sido fácil e ele havia enfrentado, no decorrer dos 57 dias de viagem, duas tormentas com duração aproximada de 60 horas. No dia 29, do mesmo mês, desembarcou no Rio de Janeiro e foi ao encontro de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, e seus familiares para um jantar. Seu retorno se deu em contexto bastante peculiar, considerando que o Brasil havia se transformado em nova sede do Império luso-brasileiro e ali se instalara as principais instituições e tribunais superiores do Reino (Schultz, 2008). Por esse motivo, a experiência acumulada por Resende Costa Filho na Real Fazenda fazia-se necessárias aos novos projetos em curso.

Através de um decreto do dia 9 de abril do mesmo ano foi designado para a função de Primeiro Escriturário do Erário[2] com um ordenado de 600$000 (seiscentos mil réis). Apesar do bom cargo conquistado, não deixou de se preocupar em fazer bom emprego dos recursos que havia adquirido e encontrou no vinho o investimento mais lucrativo: "cerca de 50 por cento livres"[3]. Estas e outras informações são narradas nas primeiras correspondências enviadas por Resende Costa Filho à d. Mariana de Sousa Coutinho, irmã do Conde de Linhares, logo após se estabelecer no Rio de Janeiro. Durante o período em que residiu em Lisboa estabeleceu ótimas relações com a família Sousa Coutinho e dela obteve considerável apoio. Na mesma correspondência ele ainda ressalta: "entreguei as cartas de Vossas Excelências[4], a quem devo maior atenção pelas recomendações que fizeram a meu respeito e que a seu tempo terão o efeito, segundo me anuncia S. Excelência"[5].

O regresso a partir de uma solicitação da Corte no Rio de Janeiro é tão peculiar quanto significativo para entender as especificidades do período, assim como a provisoriedade dos acontecimentos. A condição da colônia americana era inédita, haja vista que com a Corte no Rio de Janeiro foram abertos os portos às nações amigas e todas as decisões eram tomadas a partir do novo centro administrativo do império. Para Resende Costa Filho, o retorno ao Brasil

[2] A função de Primeiro-Escriturário era estrutura existente nas Contadorias Gerais. Dirigidas por contadores-gerais em que o corpo de funcionário era composto por escriturários, amanuenses e praticantes e dentre as suas atribuições pode ser destacada o controle sobre a escrituração das rendas da Coroa. In: BARCELOS, Fábio Campos. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/48c5296d-5f3d-47bd-bf5c-2210d74f630f/content . Acesso: 19/10/2026.

[3] Cartas de José de Resende Costa para Dona Mariana de Souza Coutinho. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Cota: Conde de Linhares, maço 74, doc. 32. Código de Referência: PT-TT-CLNH-0074-32_m0072.

[4] No caso em questão tratam-se das cartas enviadas pelos irmãos de d. Rodrigo – Donas Maria Balbina e Mariana de Sousa e o Principal de Sousa – com recomendações sobre Resende Costa Filho.

[5] ANTT. Conde de Linhares. "Carta de Resende Costa Filho para Mariana de Sousa". Maço: 0074-32_m0072.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

tinha uma relevância singular, considerando que sua proeminente atuação fazendária e os laços de amizade estabelecidos com d. Rodrigo de Sousa Coutinho lhe faria responsável por cuidar de tudo que era relativo à administração da fábrica de lapidação de diamantes do Rio de Janeiro (RIHGB, 1846: 12).

A designação de Resende Costa Filho para um cargo administrativo de relevo deve ser analisada a partir da nova cultura política que emergia no império luso-brasileiro no alvorecer do século XIX. A regência de d. João, a partir de 1792, reascendeu a esperança nos intelectuais do período e, através do Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, foram empreendidas ações que buscavam reforçar os laços entre as diferentes porções do império. O Conde de Linhares [6], atento às experiências da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, defendia a criação de um império luso-brasileiro em que o Brasil se manteria conectado a Portugal e assumiria o caráter de corpo produtivo, enquanto a metrópole, devido à sua posição favorável na Europa, seria o melhor entreposto para o comércio com as outras três partes do mundo. A porção americana atuaria num papel de complementariedade junto à metrópole e deixaria de se submeter a certos entraves do sistema colonial. (Neves, 2003: 31-33).

A forma como d. Rodrigo encontrou para que pudesse desenvolver o seu projeto foi o a cooptação de intelectuais brasileiros para funções públicas, objetivando que eles colaborassem para o desenvolvimento do império. Esses intelectuais, provenientes de diferentes redes de sociabilidade e moldados a partir do pensamento ilustrado, vislumbravam adotar medidas de cunho cultural e pedagógico promovendo uma renovação das instituições políticas, econômicas e sociais. Eles procuravam aliar o pensamento das luzes às tradições ibéricas e defendiam a Igreja como um dos esteios do Estado (Neves, 2003).

Silvestre Pinheiro Ferreira[7], José da Silva Lisboa[8] e José Joaquim de Azeredo Coutinho[9] são alguns dos nomes que orbitaram nesse círculo de ilustrados. Esses intelectuais propunham uma política de complementariedade entre a metrópole e seus diferentes *Domínios Ultramarinos*, bem como exaltavam a superioridade dos domínios americanos, defendendo seu desenvolvimento econômico através do comércio e da indústria (Tammone, 2014). Dessa forma se posicionava o bispo Azeredo Coutinho em seu *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal*, no ano de 1794:

[6] O título de Conde de Linhares foi atribuído a d. Rodrigo de Sousa Coutinho pela rainha Maria I em carta de 17 de dezembro de 1808, momento em que a Corte se encontrava no Rio de Janeiro.
[7] Foi um filósofo e político português que desempenhou diversas funções no Império, destacando-se o cargo de ministro durante o governo joanino. Intercedia junto ao monarca sobre a necessidade em abolir a condição colonial do Brasil e adotar medidas para manutenção da coesão imperial.
[8] José da Silva Lisboa nasceu em Salvador no ano de 1756 e foi um proeminente economista e político do Império luso-brasileiro e Império do Brasil. Destacou-se por seus conhecimentos no âmbito da economia, bem como foi um arguto defensor do livre-comércio e extinção do monopólio.
[9] José Joaquim de Azeredo foi um bispo e intelectual do Império luso-brasileiro com destacada trajetória política. No final do século XVIII apresentou proposições relevantes acerca de como reformar o império.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Portugal tem duas sortes de estabelecimentos nas duas Índias, e na Costa de África. Os das Índias Ocidentais, e da Costa de África, só tem por objetivo o Comércio; e os da América têm por objetivo a cultura, e o Comércio juntamente; e por isso de todos os estabelecimentos de Portugal, o Brazil é não somente o mais rico, mas também aquele, que merece mais cuidado, e mais atenção.

Os estabelecimentos de Portugal na América estão situados na melhor parte dela; os das outras nações, principalmente a respeito da agricultura, e do Comércio, não tem comparação com os de Portugal (Coutinho, 1794: 89-90).

Os posicionamentos do bispo são semelhantes aos apontados mais tarde, em 1796, por d. Rodrigo, acerca de como *melhorar os domínios de sua majestade na América*. O ministro joanino empenhava seus esforços em propor soluções para reformar a Fazenda Real na colônia, com especial destaque para capitania mineira. Essas preocupações terminavam por tangenciar o próprio sistema político português em que o eixo nerval da discussão era a unidade monárquica, "esse inviolável e sacrossanto princípio que deveria ser preservado" (Slemian, 2015: 111). As inquietações em torno da unidade eram latentes, porque apesar da monarquia manter a coesão entre as partes do império, os conflitos no interior das distintas capitanias da América portuguesa no último quartel do século XVIII eram objeto de preocupação (Jancsó e Pimenta, 2000).

Resende Costa Filho compunha o grupo de intelectuais cuja política de cooptação do Conde de Linhares permitiu o acesso à administração luso-brasileira. Se outrora Resende esteve envolvido em uma sedição que criticava a administração portuguesa na colônia, sua incorporação à estrutura administrativa do Erário Régio por parte de d. Rodrigo objetivava que, ao invés de críticas, ele colaborasse com seus talentos. Como já explicitado, tratava-se de um homem de boa família das Minas Gerais, letrado e com uma trajetória proeminente enquanto de sua atuação na Fazenda Real durante e após o degredo. Atendia, portanto, às políticas reformistas que estavam sendo desenvolvidas, bem como estava alinhado a elas. A relação estabelecida entre ele e d. Rodrigo foi realmente profícua, tanto que após a morte do estadista, em 1812, terminou por ser honrado com dois retratos do Conde, sendo um deles herdado e concedido pela viúva, a Condessa de Linhares [10]. Ademais, estava sempre ciente dos acontecimentos em torno da família do estadista, a quem seguia com devoção.

Alguns elementos relevantes podem ser apreendidos a partir dessa nova cultura política insurgente na América. Por um lado, incorporava ao corpo administrativo luso-brasileiro figuras que contribuiriam para o desenvolvimento político, cultural e econômico do império, por outro, sinalizava que estava em sintonia com os anseios de diferentes segmentos da sociedade buscando contemplá-los em suas propostas. Ao fim, as novas políticas empreendidas se voltavam para um objetivo valioso a d. Rodrigo: a preservação do território americano e manutenção da unidade monárquica (Cardoso, 2001, p. 79). Mesmo que o risco de ruptura entre as partes do império fosse improvável de alastrar, considerando que "este enlace dos domínios

[10] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de José de Resende Costa para Dona Mariana de Souza Coutinho" Maço 74/32_m0036 a m0039.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ultramarinos portugueses com sua metrópole [era] tão natural, quanto pouco o era o de outras colônias que se separaram da mãe pátria" (Cardoso, 2001: 79).

A interdependência entre a metrópole – também compreendida como "Mãe Pátria" – e seus domínios era essencial para que o império se mantivesse coeso. Cada uma das porções deveria contribuir com os recursos que dispusessem para o engrandecimento do império e, com isso, estabelecer um nexo feliz entre os *Domínios Ultramarinos*. A política de complementariedade imperial era arduamente defendida por Azeredo Coutinho em seu ensaio econômico e ele asseverava que quanto mais Portugal devesse às suas colônias, mais rica a metrópole seria. As colônias, por seu turno, quanto mais credoras fossem de Portugal, lhe seriam mais ligadas e dependentes.

> I - A Metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias suas filhas todos os bons ofícios, e socorros necessários para a defesa, e segurança de suas vidas, e dos seus bens; mantendo-as em uma sossegada posse, e fruição dessas mesmas vidas, e desses bens.
> II - Estes benefícios pedem iguais recompensas, e ainda alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colônias também da sua parte sofram e que só possam comerciar diretamente com a Metrópole, excluída toda e qualquer outra Nação, ainda que lhes faça um Comércio mais vantajoso (Coutinho, 1974: 107-108).

Os apontamentos defendidos pelo bispo Azeredo Coutinho continuavam presentes no imaginário de Resende Costa Filho no ano de 1810, momento em que ele chamava atenção para os esforços do Conde de Linhares em traçar e "formar bases ternas para consolidar a união desde os nossos estabelecimentos formando nos de Brasil recursos imensos para ajudar a Mãe Pátria: a mais lenta e negra inveja esbraveja e se morde:"[11] Salientava ainda que a *nação* algum dia faria justiça às ações do estadista, o que se devia aos seus relevantes serviços e merecimentos.

Havia um consenso entre esses intelectuais, antes mesmo do translado da Corte, de que o Brasil representava a porção mais importante do império e, por isso, os cuidados deveriam ser meticulosos para que fosse preservado o enlace com a mãe pátria, bem como a preservação da integridade daquele vasto território. As inquietações de d. Rodrigo em torno da América portuguesa e da própria manutenção da ordem dinástica tornaram-se mais acentuadas com os desdobramentos da Revolução Francesa e da expansão napoleônica na Europa. Portugal se viu diante de uma intricada conjuntura econômica e política, pois precisava lidar com a pressão francesa que exigia a ruptura das relações comerciais com a Grã-Bretanha, e, da contrapartida britânica, era cobrada a manutenção das alianças comerciais existentes.

Diante desse impasse, os estadistas lusos adotaram uma política de neutralidade na tentativa de postergar ao máximo qual decisão tomar; aderiam às exigências francesas sem necessariamente abrir mão da aliança inglesa (Silva, 2003, p.200). Reascendeu-se, portanto, a possibilidade de transferir a Corte para a colônia americana. O translado da Corte para o Brasil não era um

[11] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de José de Resende Costa para Dona Mariana de Souza Coutinho" Maço 74/32_m0036 a m0039.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

projeto novo e já havia sido contemplado durante o século XVII (Tammone, 2014), todavia, não se apresentava como unanimidade entre os estadistas portugueses do XIX. Havia uma disputa em torno da proposta, mas d. Rodrigo defendia abertamente a adesão às proposições e apoio da Grã-Bretanha, recusando às imposições de Bonaparte. O projeto tinha duplo sentido para o estadista, salvaguardar os *Domínios Ultramarinos* e a própria persona do rei, expressão máxima de soberania do Antigo Regime (Silva, 2003: 183).

No ano de 1807 a família real deixava o Reino de Portugal e em 08 de março de 1808 a Corte desembarcava no Rio de Janeiro. O estabelecimento da Corte e da família real no Brasil, que passava a assumir a função de nova sede do império, exigiu um rearranjo das estruturas administrativas, não obstante o reconhecimento de personagens e limitações existentes na colônia americana. Do ponto de vista econômico também se ampliou uma série de possibilidades, pois, foi revogada, em 1º de abril de 1808, a legislação que proibia a instalação de indústrias e manufaturas no Brasil. O próprio *exclusivo colonial* passou por mudanças significativas com a abertura dos portos às nações amigas, o que permitiu a expansão do comércio a partir da colônia (Piñeiro, 2003).

O fato é que o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro deu ensejo a novas práticas políticas e econômicas à América portuguesa, bem como se abriu um novo horizonte de expectativas àqueles políticos e intelectuais luso-brasileiros. Suas percepções e projetos políticos assumiriam um caráter multifacetado, não obstante o enraizamento dos interesses dos *negociantes de grosso trato* junto aos setores burocráticos da administração imperial. Com esse viés, agora analisaremos outros aspectos da trajetória de Resende Costa Filho enquanto membro da burocracia estatal e agente político, pensando que suas ações estavam alinhadas a uma nova cultura política que pretendia reformar o império através das diretrizes do pensamento *liberal* e *ilustrado*.

Os conflitos hispano-americanos: um olhar sobre as disputas entre Buenos Aires e Montevidéu.

João Paulo Garrido Pimenta, ao analisar os conflitos hispano-americanos, destaca que logo após o translado da Corte para o Rio de Janeiro uma nota publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro* versava sobre a necessidade de que os habitantes do Brasil estivessem atentos aos conflitos entre as províncias da América espanhola e os riscos que representavam ao Brasil (Pimenta, 2015). As acirradas disputas entre Buenos Aires e Montevidéu serviam como um alerta à nação portuguesa de que enquanto os vizinhos hispano-americanos seguiam em seus princípios desorganizadores, os portugueses da Europa e da América se mantinham unidos, organizados e fiéis ao seu monarca. As ocorrências nas Províncias do Rio da Prata ocuparam espaço singular nas correspondências de Resende Costa Filho. Sempre que informava os acontecimentos do

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Brasil ao Principal de Sousa, d. Mariana e d. Maria Balbina dedicava algumas linhas às disputas de Buenos Aires com Montevidéu[12].

> Se estamos aqui tranquilos, os nossos vizinhos Espanhóis de Buenos Aires prosseguem nos seus passos desorganizadores, inteiramente desunidos com os seus irmãos de Montevideo, que os bloquearam não permitindo as embarcações subirem para aquela Capital[13].

As dissenções entre as províncias de Buenos Aires e Montevideo decorrentes da expansão napoleônica na Europa e consequente invasão da Espanha pelo exército francês eram objeto da atenção entre políticos e intelectuais do império luso-brasileiro. Nesse sentido, chama a atenção dois aspectos essenciais por eles observados nas ocorrências do Rio da Prata: 1) A política expansionista adotada pela família de Bragança em relação às possessões bourbônicas na região fronteiriça do Rio da Prata após a chegada ao continente americano; 2) os riscos ao Império luso-brasileiro, caso ocorressem dissidências semelhantes nas diferentes e vastas capitanias da América portuguesa, bem como seu impacto sobre a manutenção da integridade territorial e monárquica.

As guerras napoleônicas haviam produzido impactos diferenciados às monarquias europeias. Se no caso bragantino a família real optou por transferir toda a Corte para o Brasil buscando salvaguardar a figura do monarca e proteger o domínio americano. Diferentemente, no caso espanhol, a dinastia Bourbon, representada por Fernando VII, foi forçada a abdicar em Bayona, em 06 de maio de 1808, e Napoleão acabou por tomar o poder e colocar seu irmão, José Bonaparte, para governar a Espanha. O dramático esvaziamento de poder na Espanha ocasionou a formação de sucessivas juntas governativas. O imperativo de resistir ao invasor conduziu à constituição de um governo nacional representativo: "a Junta Central de Aranjuez, reunida em setembro de 1808, pouco depois transferida para Sevilha e finalmente Cádiz, e que governaria por dezessete meses" (Pimenta, 2015: 47).

Na porção hispano americana, a notícia da queda do monarca espanhol resultou em experiências díspares. Pimenta, ao analisar o fim dos impérios ibéricos na região do Rio da Prata, destaca que desde os primeiros anos do XIX o cenário político da América espanhola se mostrava conflituoso e temeroso. Inicialmente, os habitantes da América Espanhola buscaram manter a ordem e a vassalagem a Fernando VII e fidelidade à igreja católica. Posteriormente, vários conflitos se espalharam em regiões como a Venezuela, Quito e Chile; à região do Rio da Prata somavam-se as invasões inglesas do território ocorridas entre os anos de 1806 e 1807(Pimenta, 2015: 47).

François-Xavier Guerra analisa as mudanças que ocorreram no conceito de *nação* em decorrência dos conflitos peninsulares e assevera que entre 1808 à formação das juntas

[12] Um dos aspectos relevantes nas correspondências era o conhecimento detalhado dos acontecimentos e reveses no território hispano-americano e sempre buscava versar sobre em suas missivas.
[13] ANTT. Conde de Linhares. "Carta de Resende Costa para Maria Balbina de Sousa". Maço: 0074/33_m0008.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

americanas de 1810 o vocabulário *nação* incidia sobre todo o conjunto de reinos e cidades-províncias que constituíam a monarquia, denominados em outras ocasiões de "povos". Com a ausência da figura do monarca, os espanhóis da América passam a reivindicar não apenas direitos iguais aos espanhóis da Espanha, mas direitos de *modernidade* e *independência*[14]. Ademais, quando chegam à América as notícias sobre o avanço do exército francês na Andaluzia, da revolta de Cádiz, que derrubou a Junta Central até então reconhecida pelos espanhóis americanos, foi iniciada a criação de juntas que recusavam o governo peninsular provisório. As juntas, a princípio, invocavam os mesmos princípios pactuais que tinham sido aplicados anteriormente nas juntas peninsulares. Entretanto, com a ausência do legítimo monarca, o poder retornava aos "povos" e distintas comunidades políticas que o formavam (Guerra, 2009, p. 415).

Ante as dissidências que ocorriam entre os vizinhos hispânicos e o esvaziamento de poder do monarca de Espanha crescia o debate em torno das fronteiras naturais do Brasil, tanto as do Norte quanto as do Sul, e a possibilidade de incorporação da região do Rio da Prata, como se observa nas letras de Resende Costa Filho:

> Os Espanhóis de Buenos Aires prosseguem na sua desunião com Montevideo, que os tem bloqueado, não permitindo [que] suba para cima embarcações algumas. Praza ao céu que daqui nos resulte o bem de fazermos uma demarcação bem natural dividido pelo Rio da Prata[15].

A discussão acerca das *fronteiras naturais* do território americano era anterior e ponderava que o domínio português podia ser compreendido desde o Amazonas, ao norte, atravessando o Brasil e chegando ao Sul no território do Rio da Prata (Pimenta, 2006: 127). O Conde de Linhares, percebendo o vazio de poder que se instaurava nos domínios hispânicos, escreveu uma carta ao governo de Buenos Aires, em 15 de março de 1808, na qual propunha a proteção portuguesa aos vizinhos em razão do estado de abandono que as colônias espanholas se encontravam. O governo de Buenos Aires deveria se submeter ao rei português e seria estabelecida uma zona de livre-comércio no território do Rio da Prata. Seriam mantidos os impostos e, sendo o monarca lusitano aliado da Grã-Bretanha, usaria de seu prestígio para evitar uma eventual invasão por parte do exército britânico. O estadista lusitano não apenas recebeu uma resposta negativa dos buenaristas como assistiu a um plano por parte do governo de Buenos Aires para invadir o Rio Grande de São Pedro (Pimenta, 2006: 76).

A política expansionista do Império luso-brasileiro se apresentou ancorado naquilo que Pimenta define como *projeto carlotista*. Considerando que o trono espanhol tinha sido usurpado por Napoleão, o manifesto de 19 de agosto de 1808 dirigido aos centros administrativos da monarquia espanhola pretendia que d. Carlota fosse reconhecida como defensora e legítima

[14] O que se observa no contexto hispano-americano é que a formação das juntas governativas tinha por objetivo inicial recusa às imposições napoleônicas e reiteravam a autoridade do monarca espanhol ausente. Os espanhóis da América reivindicavam igualdade de direitos e não se viam como diferentes em relação aos peninsulares. In: GUERRA, François-Xavier; 2009: 412.
[15] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0012.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

sucessora dos domínios de seu pai Carlos IV. O império luso-brasileiro apresentava d. Carlota como alternativa viável para a manutenção da ordem dinástica, mesmo a princesa espanhola não sendo a primogênita e sucessora de direito. Apesar de retornos respeitosos, somente em parte do Rio da Prata houve certa adesão à proposição, muito em decorrência de interesses comerciais marítimos do território (Pimenta, 2006: 78). A formação das juntas de governo provisório no decorrer dos anos de 1810 dificultaria as pretensões luso-brasileiras sobre os vizinhos da América espanhola.

Marcia Eckert Miranda apresenta que no ano de 1809 d. Rodrigo deu início a reorganização das forças militares na capitania do Rio Grande de São Pedro visando consolidar a capacidade ofensiva e defensiva do território. A ação do ministro decorria de uma preocupação ampliada com a instabilidade e pretensões existentes em torno da região do Rio da Prata. Sob o comando do Capitão-general da capitania, d. Diogo de Sousa, as forças militares do Rio Grande foram deixadas em alerta sobre a possibilidade de expansão revolucionária na capitania (Miranda, 2006).

A respeito da Junta de Buenos Aires, Resende Costa Filho apresentava à d. Mariana informações acerca de sua estruturação e apontava que esta reconhecia o poder de Fernando VII ao mesmo tempo em que tinha acontecido a deposição do Vice Rei Liniers[16]. Garrido Pimenta (2006: 76) assevera que a formação da Junta de Buenos Aires, mesmo que edificada jurando lealdade ao monarca, contrastava com os padrões absolutistas ao instituir um governo fora dos padrões previstos. Guerra (2009: 47) salienta que o argumento adotado pelas juntas em seu momento de constituição; a nação – conjunto da Monarquia – continuava sendo única, mas com a ausência do monarca, representante da soberania, essa soberania era devolvida aos "povos", sem que estes deixassem de ser fiéis ao rei. Os "povos" constituiriam uma soberania provisória, aguardando a "reconstituição da única e incontestável soberania" (Guerra, 2009: 417).

A formação das Juntas na América espanhola acabou sendo um processo complexo e conflituoso, porque apesar de se declararem fiéis a Fernando VII, as ideias expostas através da Gazeta de Buenos Aires não eram propriamente monárquicas, o que ocasionou uma recusa por parte dos governos do Alto do Peru, Paraguai e Montevidéu (Pimenta, 2006: 81). A partir do ano de 1811, o governo de Buenos Aires organizou uma ofensiva militar contra estas províncias e alguns detalhes narrados nas missivas de Resende Costa Filho aos irmãos de d. Rodrigo explicitam marcadamente sua crítica à desunião dos hispânicos, bem como da necessária intervenção luso-brasileira nas disputas do Rio da Prata.

A impossibilidade de anexação das possessões espanholas através do *projeto carlotista* e uma explicita oposição por parte de Buenos Aires às pretensões luso-brasileiras fez com que o governo joanino iniciasse uma campanha de apoio a Montevidéu. O regente luso-brasileiro tinha enviado para a província uma oficina de imprensa em 24 de setembro de 1810 com o

[16] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0072.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

objetivo de contraditar as propagandas da junta de Buenos Aires. Segundo Pimenta (2006), tratava-se de parte da política joanina em fomentar periódicos críticos ao *Correio Braziliense* na região do Rio da Prata. Assim como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a *Gazeta de Montevidéu* tinha um posicionamento realista, ou seja, pela defesa da unidade monárquica bourboniana, o princípio da legitimidade monárquica e tendo predileção pela autoridade de D. Carlota, visto que ela era pertencente à família real e se enquadrava aos padrões tradicionais das monarquias ibéricas.

As dissenções entre Buenos Aires e Montevidéu perpassaram os anos seguintes da década de 1810. Em maio de 1811 o Vice Rei Francisco Elío solicitou o apoio da Coroa Portuguesa no território de Montevidéu por se encontrar encurralado em Montevidéu pelas forças militares de José Gervasio Artigas. O príncipe regente português, preocupado que a instabilidade chegasse ao Rio Grande de São Pedro, enxergou nesse pedido a chance de intervir na Banda Oriental e apaziguar o conflito (Miranda, 2006, p. 112). Miranda (2006) destaca que a intervenção portuguesa também atendia aos interesses econômicos dos negociantes montevideanos que buscavam manter a autonomia comercial de seu Porto em relação ao de Buenos Aires[17].

Resende Costa Filho se preocupava com os desdobramentos daquele enfrentamento, haja vista que impactavam no comércio do Rio da Prata, dividia os hispano-americanos e deixava a população de Montevidéu em "penúria de alimentos"[18]. Por isso, em 19 de novembro de 1811 informava satisfeito que enfim parecia ter cessado o conflito entre as províncias. Pimenta pontua que após a intervenção luso-brasileira parecia haver um consenso e possibilidade de aproximação entre Buenos Aires e Montevidéu, que assinaram um armistício em outubro de 1811, não apenas reconhecendo Fernando VII como seu soberano, como também a legitimidade das Cortes de Cádiz (Pimenta, 2006: 104).

Acerca das intervenções portuguesas no território do Rio da Prata, Resende Costa Filho explicitava algumas de suas impressões após o não seguimento das tropas de São Paulo que rumavam em direção à Banda Oriental.

> Por uma Gazeta de Buenos Aires aqui recebida se pensou da retirada do nosso exército para as nossas fronteiras, e que se há de tratar de um armistício, e da pacificação; e que consequentemente não embarcarão mais os Milicianos que aqui se acham a tropa de Linha e reclutas feitas em São Paulo: porém a poucos dias chegou uma Fragata da Espanha de Montevideo, cujo Comandante morreu ontem de repente por uma indigestão, e por ela se soube que a sensação causada pela referida Gazeta nesta Praça /Montevideo/ donde se preparava uma parte do seus habitantes a emigrarem e transportarem os seus cabedais deu motivo a ser refutado a sua exposição por D. Diogo, e avalizada pela Gazeta dos mesmos, montevideanos, as asserções da primeira, que no seu tom revolucionário falava de armas vitoriosas da

[17] Miranda trabalha com a perspectiva que a adesão ao *projeto carlotista* era considerável entre os negociantes de Montevidéu em decorrência dos interesses econômicos envolvidos. Os envolvidos tentavam manter a autonomia da Banda Oriental em relação ao porto concorrente de Buenos Aires.
[18] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Maria Balbina". Maço: 74/33_m0009.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

pátria, abater teríamos. Pelo que o futuro nos é ainda incógnito sobre o que quer tomarão os negócios naquele país[19].

O acordo de paz entre as duas províncias do Rio da Prata não prevaleceu e, com isso, a discussão acerca da intervenção militar luso-brasileiro na região do Rio da Prata tornou-se uma constante nos anos seguintes e passou por vários reveses. Ainda em 1812, houve uma ofensiva portuguesa em 22 de setembro e sobre ela Resende Costa Filho detalha que "assim como em Santos, o Senhor d. Francisco, que dirigido a transportar em um Brigue de Guerra para Montevidéu o Regimento de Dragões de Minas Gerais, e alguma tropa de São Paulo"[20]. Contudo, um novo armistício com o governo de Buenos Aires fez com que os milicianos de Minas Gerais retornassem às suas casas. As tropas de Buenos Aires assim que tomaram ciência disso aproveitaram a oportunidade para atacar novamente aos montevideanos. Sobre a ofensiva de Buenos Aires, Resende Costa Filho dizia que tão logo d. João voltaria a oferecer seu apoio aos montevideanos. Entretanto, diante dos reveses conjunturais, em outra correspondência do ano de 1813, mencionava o fato de o governo britânico requerer que não houvesse intervenção lusa no cerco realizado pela junta de Buenos Aires aos de Montevidéu naquele ano[21].

Nas correspondências do ano seguinte passou a adotar um tom mais crítico em relação às ações dos buenaristas:

> Para Montevideo passarão 3$ mil homens; penso que a verem os 12$ [mil homens] que devem mandar o Consulado de Cádiz, sucumbirão os de Buenos Aires: os Espanhóis pasmos de que não podendo organizar um Exército na Península em termos de coadjuvar o Exército Anglo luso, se desertam tão largamente para longe: isto, porém me é de um grande bem a sufocar-se a hidra Revolucionária dos Buenaristas[22].

Chama a atenção em suas palavras a expressão hidra revolucionária, o que explicita a percepção negativa que o vocábulo revolução assumiu após a Revolução Francesa. Segundo Guerra (2009: 12), para os protagonistas tratava-se indubitavelmente de uma revolução, entretanto o autor destaca que parte da historiografia defende que a independência hispano americana não pode ser considerada como revolução, pois não promoveu uma transformação radical nas estruturas sociais e econômicas, ou o acesso ao poder de uma nova classe social". Nesse viés, o que tinha acontecido no caso hispano-americano foi um mero rearranjo político, em que o poder político metropolitano foi substituído pelo dos *criollos*. Guerra salienta sobre os riscos dessa interpretação, visto que ao reduzir tais fatos a uma sequência de alterações de caráter político, econômico e institucional incorre-se no risco de ignorar a consciência dos agentes, bem como daquilo que é refletido nas fontes.

[19] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0040.
[20] Idem. Maço: 74/32_m0055.
[21] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0036 a m0039.
[22] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0058.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Pimenta assevera que ainda no século XIX o vocábulo revolução não estava plenamente estabelecido em seu sentido moderno, especialmente no que concerne a um movimento que subvertia a ordem estabelecida para constituir uma realidade inovadora. Nesse sentido, o vocábulo revolução podia assumir uma conotação negativa quando promovia ou conduzia à guerra civil; e positiva quando a revolução era vislumbrada como um projeto reformador (Pimenta, 2009: 51). No contexto luso americano[23], Pimenta assevera que as experiências no continente a partir da década de 1810 fizeram com que o vocábulo revolução fosse atrelado prioritariamente à supressão da ordem vigente em detrimento de um indicador de reformas mais conservadoras. Todavia, o autor ressalta que essa acepção se trata de uma tendência e não necessariamente uma postura absoluta.

No que se refere à Junta de Buenos Aires, Pimenta salienta que no momento em que a junta foi erigida sobre novas bases e substituindo as leis das Índias vigentes delineava-se uma revolução de fato, mesmo que os líderes do movimento se declarassem fiéis à monarquia (Pimenta, 2006: 79). Apesar de declararem fidelidade ao monarca deposto, Fernando VII, e que atuavam na tentativa de preservar seus reais domínios, paulatinamente os buenaristas adotavam medidas que colidiam com os princípios do absolutismo. Com o fim dos conflitos peninsulares, esses mesmos revolucionários recusaram a soberania do monarca espanhol e deram início à ruptura política a partir do ano de 1815.

A referência ao governo de Buenos Aires como revolucionário se repete em outra correspondência de Resende Costa Filho, de 17 de novembro do mesmo ano. A menção aos buenaristas como revolucionários torna-se mais interessante por demonstrar o aspecto negativo que o vocábulo revolução assumia para seus coevos luso-brasileiros diante das experiências peninsulares e dos vizinhos hispânicos[24]. Isso, porque, os montevideanos, de maneira oposta aos buenaristas, eram enunciados nas letras do administrador dos diamantes como *patriotas*[25]. *Patriotas* por manterem sua fidelidade aos monarcas espanhóis, por se mostrarem simpáticos ao carlotismo, além de seguirem firmes em sua fidelidade à dinastia bourbônica. O posicionamento é relevante para pensarmos a própria fidelidade que Resende Costa Filho em relação à *nação* e à monarquia portuguesa. Num momento de fragilidade do Império espanhol, o *patriotismo* se reforçava pela lealdade que os vassalos de Montevidéu dedicavam ao monarca Fernando VII e à sua irmã d. Carlota.

Em 1814 a força militar de Buenos Aires sitiou Montevidéu e a reconquistou, o que simbolizava a derrota do realismo na cidade, tendo, inclusive, posto fim à publicação da *Gazeta de Montevidéu*. No ano de 1815 com o findar da corrente revolucionária e o exílio de Napoleão, as monarquias foram restabelecidas, bem como teve início a tentativa de organizar os domínios

[23] O autor remete especialmente aos eventos que envolveram os conflitos entre Buenos Aires e Montevidéu, bem como a Revolução Pernambucana de 1817.
[24] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0061. 17 de novembro de 1813
[25] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Maria Balbina". Maço: 71/35_m0034.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

americanos. Pimenta aponta que nesse período o monarca espanhol já não era mais bem visto no território americano e Resende Costa Filho observava negativamente a posição adotada pelos *criollos*. Por isso, aguardava a força espanhola para atuar contra os revolucionários de Buenos Aires.

> Vigodet[26] aqui chegou e volta para a Espanha: Pensava-se que vinha com o intuito de estabelecer ao antigo estado o governo do Vice Reinado de Buenos Aires; porém o espírito revolucionário grassa nos 2 partidos, que se destroem reciprocamente e ambos adversos a dominação de Fernando: que bela ocasião talvez, de se realizar o plano, que fazia as [luzes] e ponto principal das vistas do Sr. Conde de Linhares, de fazer pelo Rio da Prata, e Paraguai a divisão natural dos limites dos dois Impérios! Sem a nossa cooperação será difícil a sua indução[27].

Alguns aspectos anteriores e que perpassaram os conflitos entre 1810 e 1815 ressurgem nos informes de Resende Costa Filho ao Principal de Sousa. Se outrora a Junta de Buenos Aires havia se formado jurando fidelidade aos seus monarcas, agora as tropas revolucionárias recusavam o monarca, bem como sua autoridade para restabelecer o Vice Reinado de Buenos Aires. Mesmo diante do restabelecimento da monarquia espanhola, os planos de anexação e definição das fronteiras naturais do Brasil desde o Rio Amazonas até o Rio da Prata permaneciam presentes. O que pode ser lido em suas inquietações é que o espírito revolucionário rompia o elo entre reino e suas províncias. Igualmente, a anexação do território do Rio da Prata com base nas fronteiras naturais remetia à unidade monárquica do império com suas partes integrantes ao redor do mundo.

À vista disso, as questões postas por Resende Costa Filho e que envolve os conflitos do Rio da Prata são significativas para entender a relevância que o elo entre a Mãe Pátria e suas filhas tinha para aquela geração de políticos e intelectuais. A proximidade com as províncias do Rio da Prata e os distintos desdobramentos em cada uma das províncias da América espanhola significava que o Brasil poderia ser abatido pela onda revolucionária vizinha. A coesão natural entre as diferentes partes do império podia ser abalada e por isso era preciso ter cautela. Por isso, o governo joanino precisava adotar medidas efetivas para manter a amalgama entre o mosaico de capitanias e projetos políticos de cada uma delas. Atentos a esses aspectos, os políticos e intelectuais luso-brasileiros adotaram medidas com vistas a evitar a fragmentação do império.

As missivas de Resende Costa Filho para os membros da família Sousa Coutinho e a sua visão acerca dos acontecimentos na região do Rio da Prata são representativas e revelam o imaginário de um segmento de intelectuais luso-brasileiros do período. Homens de negócio e políticos ligados à administração monárquica que defendiam a manutenção do enlace entre o reino de Portugal e seus domínios para a consecução de seus interesses e preservação territorial

[26] Foi um militar espanhol de origem francesa que foi designado para governar Montevidéu no ano de 1810 e, posteriormente, como capitão general e governador das províncias do Rio da Prata em 1811, sendo seu o último representante colonial do território.
[27] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para o Principal de Sousa". Maço: 71/35_m0047.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

portuguesa. Embora isso não possa ser lido como um pensamento uníssono, os posicionamentos de Resende Costa refletem elementos importantes sobre a complexidade do alvorecer oitocentista, bem como desvela a provisoriedade e os limites conceituais de vocábulos como *revolução* e *nação*. Não obstante, trazem contribuições para entender os projetos políticos e o imaginário liberal do período.

Referências

Alexandre, V. (2000). *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Afrontamento.

Barcelos, F. C. (2014). *A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional*. Arquivo Nacional.

Cardoso, J. L. (2001). Nas malhas do Império: A economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In J. L. Cardoso (Coord.), *A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790–1822)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Conceição, A. A. da. (2005). Lidas novamente... A escrita de cartas como prática do governo colonial (século XVIII). In *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. ANPUH.

Conde de Linhares. (s. f.). *Carta de José de Resende Costa para Maria Balbina Sousa Coutinho*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Correspondências, Maço 74/33, m0001–m0012.

Conde de Linhares. (s. f.). *Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Correspondências, Maço 71/35, m0001–m0052.

Conde de Linhares. (s. f.). *Cartas de José de Resende Costa para Mariana de Souza Coutinho*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Correspondências, Maço 74/32, m0001–m0074.

Coutinho, J. J. de Azeredo. (1794). *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal*. Academia de Lisboa.

Jancsó, I., & Pimenta, J. P. G. (2000). Peças de um mosaico: Ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias, 21*, 389–440.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Miranda, M. E. (2006). *A estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808–1831)* [Tese de doutorado].

Morel, M. (2007). Pátrias polissêmicas: Repúblicas das Letras e imprensa na crise do Império Português na América. In *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813–1814)*. Editora Fiocruz.

Neves, L. M. B. P. das. (2003). *Corcundas e constitucionais: A cultura política da Independência (1820–1822)*. FAPERJ; Editora Revan.

Neves, L. M. B. P. das. (2005). Estado e política na Independência. In I. Jancsó (Org.), *Independência: História e historiografia*. Hucitec; FAPESP.

Piñeiro, T. L. (2003). O Corpo de Commercio do Rio de Janeiro: Os negociantes se organizam. In *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. ANPUH.

Pimenta, J. P. G. (2003). *O "nascimento político" do Brasil: As origens do Estado e da nação (1808–1825)*. DP&A.

Pimenta, J. P. G. (2006). Portugueses, americanos, brasileiros: Identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense, 3*, 69–80.

Pimenta, J. P. G. (2015). *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808–1822)*. Hucitec; FAPESP.

Schultz, K. (2008). *Versalhes tropical: Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808–1821* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.

Silva, A. R. Cloclet da. (2003). *Inventando a Nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750–1822)*. Hucitec.

Silva, A. R. Cloclet da. (2012). Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": A gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822. *Tempo, 18*(33), 243–268.

Slemian, A. (2015). Portugal, o Brasil e os Brasis: A diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. *Claves. Revista de Historia*.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Tammone, N. (2014). Do nexo feliz ao novo Brasil: Portugal e a reconfiguração do Império (c. 1808–c. 1890). In *Anais do VII Congresso de Pós-graduandos do Programa de Pós-graduação em História Econômica*.

Wederson de Souza Gomes

É graduado em História e Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto, assim como cursou Mestrado (História e Educação) e Doutorado em História pela mesma instituição. O pesquisador se debruçou sobre estudos referentes ao Brasil Império, destacando-se o reformismo ilustrado, a intelectualidade e os estudos sobre o Estado-nação. O autor também pesquisou a respeito da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial, suas especificidades, aproximações e os desafios de ambas as modalidades.

Além do mais, suas pesquisas buscam compreender a formação mercantil do Rio de Janeiro entre o findar do século XVIII e o início do século XIX, analisando as singularidades do Corpo do Comércio desde a chegada da família real, passando pelo processo de independência e a consequente abdicação de D. Pedro I. Wederson é autor do livro Entre ruas, sobrados e a praça: o Corpo do Comércio do Rio de Janeiro e a nova ordem constitucional.